

## DO MANTO DE CAFÉ DO VALE HISTÓRICO AO CONVÊNIO DE TAUBATÉ: REFLEXÕES E TRANSFORMAÇÕES DO MEIO A PARTIR DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA

**Prof<sup>a</sup> Ludmila Pena Fuzzi<sup>1</sup>, Prof. Cristiano Luiz da Silva<sup>2</sup>, Prof.<sup>3</sup>Dr. Cyro de Barros  
Rezende Filho, Prof.<sup>4</sup>Dr. Edson Trajano Vieira**

<sup>1</sup>Instituto de Pesquisa Histórica Regional/Rua Vicente Chiradia,nº 359,CENTRO, Santo Antônio do Pinhal/SP, ludfuzzi@yahoo.com.br/

<sup>2</sup> Instituto de Pesquisa Histórica Regional/Rua Vicente Chiradia,nº 359,CENTRO Santo Antônio do Pinhal/SP, cristiano\_barreiro@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Universidade de Taubaté (UNITAU)/Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH), Rua Visconde do Rio Branco, 22-CENTRO, Taubaté/SP, profcyro@yahoo.com.br

<sup>4</sup>Universidade de Taubaté (UNITAU)/ Rua Visconde do Rio Branco, 22-CENTRO, Taubaté/SP, trajano@unitau.com.br

**Resumo- :** Esta pesquisa tem por finalidade refletir as transformações sócio-econômicas na região do Vale Histórico e Taubaté no recorte de 1830 a 1930. A temática é de grande valia para a historiografia regional, pois existem análises entre o Vale do Paraíba e a região Oeste Paulista, mas não um estudo mais aprofundado acerca da micro região proposta. O referencial teórico usado como base foram A. Gramsci, para estudos da sociedade,V. Gordon Childe, para a materialização dos fatos econômicos com o imaginário da época, Singer e Müller em conceitos econômicos e outros. A metodologia aplicada refere-se no embasamento documental, através de acervos cartoriais, legislativos e particulares, bem como de tabelas econômicas criadas por economistas. Os resultados comprovam que ao discutir uma possível queda da produção cafeeira deixa de se considerar uma relevante transformação econômica dos meios de produção, pois ocorreu-se uma alteração na estrutura social, com o fim da escravidão e a vinda de imigrantes com novas idéias e com experiência em trabalhos operários.

**Palavras-chave:** Economia Cafeeira, Sociedade, Vale Histórico e Convênio de Taubaté.

**Área do Conhecimento:** História Regional –  
História Econômica – História Social

### Introdução

Ao fim do século XVIII, a colônia brasileira apresentava uma vida cotidiana ligada à subsistência. Na maioria de suas regiões destacava-se o cultivo da cana de açúcar e criação de gado, oferecendo a interiorização em nossas terras. As primeiras mudas de café estavam sendo testadas, como na região que analisaremos o Vale Histórico, que será na década de 1850 o auge dessa produção.

Na historiografia econômica brasileira e regional sobre a economia cafeeira, os estudos realizados oferecem um quadro comparativo entre a região do Vale do Paraíba e o oeste paulista. Considerando esta questão, esta pesquisa tem por objetivo analisar a micro região do Vale Histórico e a cidade de Taubaté, com a finalidade de identificar igualdades, semelhanças e traços no auge e na queda do café, bem como de realizar

uma reflexão sobre a mão de obra escrava neste cenário, entre os anos de 1830 a 1930.

O interesse desta pesquisa embasa-se no debate sobre o quadro histórico da região do Vale Histórico, após a suposta queda da economia cafeeira. O que intriga é que após esta queda a cidade de Taubaté alcançou seu auge. Constatou-se isso a partir do uso de diferentes fontes documentais como: atas das câmaras municipais; inventários e testamentos do período em questão, arquivos judiciais e econômicos, arquivos particulares das fazendas cafeeiras, gráficos estatísticos e outros.

Os pontos teóricos para sustentação da análise se embasam em teoria política com Antonio Gramsci, teoria histórica com a historiografia francesa, teoria de materialização do fato com Gordon V. Childe e teoria econômica com de Paul Singer, Sérgio Millet e Alves Motta Sobrinho.

## Metodologia

Para conseguirmos analisar as duas regiões: o Vale Histórico e Taubaté foram necessários algumas aplicações de metodologias para embasar o que foi encontrado nos documentos.

Através da metodologia criada pelo Instituto de Pesquisa Histórica Regional (IPHR), a História Forense, foi possível fundamentar os resultados propostos desta pesquisa, considerando que o material bibliográfico é escasso em termos do estudo comparativo dessas regiões, sendo este trabalho pioneiro nesta questão.

Para consolidar os dados coletados na pesquisa de campo, foram utilizadas fontes documentais encontradas nos arquivos particulares de fazendas do período cafeiras analisado, como por exemplo, registros de balanços da venda de café, listas normativas e outras. Também foram usados documentos cartoriais, precisamente da cidade de Bananal. Os dados foram comparados com tabelas e gráficos de alguns teóricos utilizados nas referências.

Para se ter um quadro comparativo qualitativo, os autores prepuseram uma organização do raciocínio na produção deste artigo: primeiramente analisaram a questão social e as características da sociedade segundo Antonio Gramsci depois se aprofundaram na questão econômica, mostrando os resultados da influência desta sociedade e por fim, mostraram como essas transformações geraram novas concepções urbanas, tornando o “café” um patrimônio material, com a materialização de V. Gordon Childe.

### 1. Sociedade e Escravidão no Vale do Paraíba:

Na dinâmica social do ciclo cafeeiro os grandes Barões, produtores de café, formavam uma cúpula. Figuravam a seguir os demais cafeicultores, proprietários ou cultivadores em terra alheia, meeiros; negociantes de cidade; profissões liberais, funcionários e outros. Tinham-se também aqueles que exerciam ofícios autônomos, como Jornaleiros, Padeiros, Carteiros e artesãos.

O interessante nesta sociedade é destacar a figura do Tipógrafo que diferentemente dos séculos anteriores oferece a informação de diversos fatos corriqueiros ocorridos na sociedade. Temos a o desenvolvimento da ágil comunicação dentre as diferentes camadas sociais, pois, o jornal (principal instrumento de informação) leva ao conhecimento de todas as notícias tornando-se significativo agente alienador das classes mais baixas pela Elite:

A Classe dirigente, no aparelhamento monárquico, cafeicultores ou representantes dos interesses (sic) da lavoura cafeeira, privatizavam o poder o Estado, dando como resultante, que, governar para os homens do café nem sempre, ou quase nunca, seria consultar as necessidades coletivas, mas as do sistema de vida da sociedade escravocrata. (SOBRINHO, 1971: p.82)

As Famílias tradicionais seguiam os parâmetros sociais espelhados nos costumes europeus, desde a culta linguagem até o velho costume do “Chá das cinco”. Os Senhores do Café e seus filhos doutores, reuniam-se em estabelecimentos comerciais para discutirem temas como a política, ideais abolicionistas e monarquistas, dentre outros assuntos ligados à dinâmica sócio-econômica da sociedade.

A organização da sociedade cafeeira ocorreu de forma a conferir sentido a todo o conjunto: a coerência com a produção capitalista. Na área de produção, havia o entrosamento da agricultura intensiva, técnicas rudimentares, trabalho escravo, tudo ajustado para produzir e atender o consumo definido pela Europa e Estado Unidos. (TOLEDO, 2008: p. 134)

O conservadorismo aristocrático do meio rural passou a caracterizar os cafeicultores do Vale do Paraíba. O êxito de sua produção dependia do ajustamento da dinâmica dos mercados consumidores e a preservação de seu estilo de vida, ou seu próprio ser:

[...] a Figuro do homem de origem tosca, que logrou enriquecer, conservando, no novo tipo de civilização que se integrou com sucesso, o gosto e as atitudes fundamentais em seu passado. [...] conservador em seu ambiente, também o foi em suas maneiras. (FRANCO, 1969: p. 204)

Historicamente, dois grandes acontecimentos explicitaram e pontuaram o conservadorismo dos cafeicultores no Vale do Paraíba: o movimento liberal de 1842 e o convênio do café em Taubaté, em 1906.

O Negro torna-se dentro deste contexto social “mãos e pés do Senhor branco”, Bóris Fausto indica em seu pensamento a seguinte expressão “o Brasil é o Café e o Café é o Negro”. O período em questão foi marcado pelo tráfico de escravos, base da produção de café. Segundo as estatísticas oficiais, a média anual de ingressos de escravos no Brasil foi de 32770 cativos, no

período de 1811 a 1820, e de 43140, no período de 1821 a 1830.

Segundo as listas nomativas<sup>1</sup> consultadas pelos autores, algumas curiosidades da presença africana na região do Vale Histórico devem ser consideradas: a primeira é que a compra de mão de obra escrava tinha em sua maioria provenientes da região nordeste do Império; segundo, não era incentivada a reprodução entre os negros diferentemente dos costumes de outras regiões escravocratas. No período de auge da produção de café no Vale Histórico, a Cidade de Bananal apresentou, de acordo com estes documentos, 54% de sua população composta por Escravos, na década de 50 do século XIX, desconsiderando o tratado de Vassouras, na qual versava a obrigatoriedade de maior número de homens livres no total da população.

### 3. O Café sobre os trilhos: A Face do Desenvolvimento

#### 3.1 - O Brasil é o Vale: O mar de café no Vale Histórico

A passagem do café pelo Estado de São Paulo, principalmente na região do Vale do Paraíba, constitui um dos resultados mais interessante de estudos econômicos regionais brasileiros.

Segundo MILLIETI (1946), durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do “ouro verde”, dele tudo emana e tudo se destina: homens, animais e máquinas.

A Região que iniciou o processo de plantio e que é nosso recorte regional de estudo é o Vale Histórico, em que as primeiras mudas de café foram plantadas na freguesia de Areias. Segundo dados do livro de registros econômicos<sup>2</sup>, a cidade pouco antes de 1870 ficou como a maior produtora de café do país, e isto também se constatam na organização urbana da cidade, considerando o patrimônio como monumento. Com o tempo a cidade de Bananal começa a produzir mais, e é chamada erroneamente de cidade “berço do café”, já que na verdade onde se iniciou a produção cafeeira foi em Areias.

Em fins do século XVIII, José de Aguiar Toledo e Maria do Espírito Santo Ribeiro Valim foram residir no bairro do Retiro, no Bananal, freguesia de Areias, iniciando a cultura e

<sup>1</sup> Encontradas no Cartório da Cidade de Bananal.

<sup>2</sup> Podem ser encontrados na Câmara Municipal de Areias. Livros com dados econômicos da câmara.

fabricação do anil, riqueza da época, depois suplantada pelo café, cuja demanda aos países tropicais deixou de existir, com o aparecimento de outras tinturas usadas pela nascente indústria têxtil europeia. (SOBRINHO, 1971: p. 23)

As primeiras plantações foram feitas no final do século XVIII, na região das “garupas”, a beira do Caminho Novo da Piedade, isto segundo os estudos do Prof. Francisco Soderro de Toledo, sobre caminhos no Vale do Paraíba. O local é caracterizado pelos “mares de morros”, em que através estudos geográficos se denominam e caracteriza as fronteiras entre as serras. Corresponde onde este localizado os municípios de Queluz, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal.

Segundo TOLEDO (2008), as primeiras mudas entraram pelo Vale Fluminense. Em 1798, a produção foi de 60 arrobas, aumentando consideravelmente por toda a primeira metade do século seguinte, conforme se pode constatar pelos dados de produção apresentados na Tabela 1. O auge da produção na região se deu nos anos 50, registrando um ponto de inflexão a partir dessa década

**Tabela 1: Evolução da produção de café na área das “garupas” (1814-1854)**

Ano	Produção em Arrobas
1814	3515
1816	4973
1817	6725
1822	36802
1836	167619
1854	940694

Fonte: TOLEDO (2008, p. 140)

Nos estudos de MILLIET (1946), em que divide a região de São Paulo, para regionalizar as análises da economia cafeeira ele denominou a região Vale do Paraíba de Zona Norte, em que estão centradas as cidades do Vale Histórico e Taubaté, no ponto que nos interessa neste trabalho.

Ao analisarmos gráficos de exportação e importação da região do Vale Histórico, observamos que foi na década de 1850 que ocorreu o auge, mesmo com as idéias de

libertação dos escravos, porém não tão longe dali, teríamos a mudança de produção.

É para lá de Lorena que começa a encontrar homens ricos. Devem todos a fortuna do café [...] começam também os lavradores a entregar-se a elas nas cercanias de Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá, mas até agora as pessoas abastadas se ocuparam da cana de açúcar e os pobres do algodão com o qual fabricam tecidos grosseiro (HILAIRE, 1954: 127)

Percorrendo-se os documentos que nos são apresentados, desde registros encontrados em arquivos particulares<sup>3</sup>, como comparando tabelas de estudiosos da temática relacionamos na tabela abaixo as principais cidades produtoras, em anos, podendo figurar a produção:

**Tabela 2- Principais Produtores de Café no Vale do Paraíba – 1854**

Colocação	Município	1854 (Arrobas)
1º	Bananal	554.600
2º	Areias	386.094
3º	Taubaté	354.730
4º	Pindamonhangaba	350.000
5º	Jacareí	240.010

**Fonte:** Criado pelos autores com base em documentos e dados de estudiosos do assunto

As condições favoráveis à economia cafeeira verificadas na segunda metade do século XIX estimularam o aumento da produção. Assim verifica-se que a partir de 1870 a 1880 houve deslocamento nas regiões de produção, sendo a partir de 1900, a cidade de Taubaté a maior produtora da região, segundo consta os autos legislativos.

Segundo MÜLLER (1969) no início do século XX a parte mais atingida pela crise cafeeira, às cidades da área das garupas, encontravam-se “empobrecidas pela decadência do café e marginalizadas pelo deslocamento do eixo de circulação pelo traçado da E. F. Central do Brasil, passando por Cruzeiro, “bruxoleavam” nas primeiras décadas do século.

O cenário de decadência tinha como base a diminuição da produção de café. Como se pode

<sup>3</sup> Especificamente Fazenda Boa Vista (Bananal), Fazenda dos Coqueiros (Bananal) e Fazenda São Francisco (São José do Barreiro).

observar na tabela III, entre os anos de 1886 a 1920 houve uma queda da produção da ordem de 75,66%.

Segundo TOLEDO (2008) o auge verificado no final do século XIX, atingindo o patamar de quase trezentas mil arrobas, caiu vertiginosamente para menos de setenta mil arrobas em 1920. Esta situação foi decorrente do quadro adverso vivido pela cafeicultura no período, aprofundado pelos efeitos negativos da grande geada ocorrida no ano de 1918 que dizimou cerca de 40% dos cafezais. Fatores que resultaram na diminuição da participação da área no conjunto da produção regional em 34,23%.

**Tabela 3- Municípios do Vale Histórico – Evolução da Produção de Café**

Municípios	1886	1920
Areias	100000	21920
São José do Barreiro	120000	26273
Silveiras	66667	21607
<b>Total</b>	<b>286667</b>	<b>69800</b>

**Fonte:** MILLET (1946, p.40)

A estrutura cafeeira entra em crise para grande parte dos fazendeiros do Vale do Paraíba, não se concebia o trabalho na lavoura sem o escravo, resistindo-se fortemente às propostas do governo em relação à abolição da escravatura. Já os fazendeiros no novo Oeste estavam mais abertos a reformas, pois perceberam que eram outros os tempos e que a introdução de mão-de-obra assalariada se fazia necessária. Observe abaixo a tabela em que figura-se durante os anos a evolução da produção cafeeira principal, em contraponto a tabela anterior:

**Tabela 4- Municípios do Vale Histórico – Evolução da Produção de Café**

Municípios	1872	1890	1900	1920
Bananal	15606	15435	15473	11507
São José do Barreiro	5699	6141	5844	4879
Areias	5717	7105	8858	6100
Silveiras	11973	9137	11391	7398
<b>Total</b>	<b>38995</b>	<b>37818</b>	<b>41566</b>	<b>29884</b>
<b>% em relação à região</b>	<b>19,86</b>	<b>13,45</b>	<b>12,23</b>	<b>7,48</b>

**Fonte:** Criado pelos autores com base em documentos cartoriais e Sérgio Millet (1946, p.40)

As cidades entraram em processo de estabilização. Grandes literatos como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha, confirmam a situação de declínio vivida por seus habitantes. A terra foi apresentada por ambos como: empobrecida, decadente, abandonada pelos seus filhos mais ilustres e empreendedores. O homem identificado como preguiçoso, hospitaleiro, místico, ingênuo e outros, é a imagem oferecida aos moradores por Monteiro Lobato. É interessante ressaltar que Monteiro Lobato não tem grande “fama” na cidade de Areias, pois os habitantes rejeitam o termo: “cidades mortas”, até hoje debatido pelos acadêmicos:

Atraídos pelas terras novas, de feracidade sedutora, abandonaram-se seus filhos; só permaneceram os de vontade anemiada, débeis, faquirianos. Mesmeiros, que todos os dias fazem as mesmas coisas, dormem o mesmo sono, sonham os mesmos sonhos, comem as mesmas comidas, comentam os mesmos assuntos, esperam o mesmo correio, gabam passada prosperidade, lamuriam do presente e pitam-pitam longos cigarões de palha, matadores do tempo. (LOBATO, 1951, p.10)

Segundo SOBRINHO (1971) muitos cafeicultores do Vale libertaram seus escravos, sabedores que eram do fato consumado da abolição. Em Pindamonhangaba, não esperaram a assinatura da Lei Áurea. Outros fizeram, pressupondo que manteriam os trabalhadores, em suas terras, agraciados e reconhecidos, mas os mesmos iriam para novas terras.

### 3.4 - Taubaté: O seu Auge Cafeeiro, Sede do Convênio de 1906.

Propondo-se neste artigo ressaltar uma diferença entre a produção cafeeira do Vale Histórico com Taubaté, considerando seu início, auge e declínio, observamos em estudos de documentos legislativos, cartoriais e particulares que quando se da queda no Vale Histórico, se tem o auge em Taubaté, na sua produção, no caso o ano de 1900, fim do século XIX.

Segundo FURTADO (1984), no início da Primeira República, o liberalismo prevalecia como ideologia predominante com suas crenças no chamado *laissez-faire* (liberalismo ao extremo). Porém, o Estado não esteve por fora das transformações daquele momento e, de fato, contribuiu para que os produtores de café

realizassem suas políticas financeiras. Com a implantação da política dos governadores, ocorreu-se a consolidação das oligarquias estaduais (futura elite republicana). Através dessa descentralização do poder permitiu uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira. Com a descentralização do poder oportunizou-se uma interação dos grupos que gestavam a empresa cafeeira.

Foi dentro desse contexto que a elite cafeeira, com seu grande poder econômico, pôde (sic) influenciar diretamente as diretrizes políticas do governo central. Esse cenário também propiciou as bases necessárias para a realização das operações valorativas, que, num primeiro momento, foram implementadas pelo governo de São Paulo, graças a essa autonomia (FURTADO, 1984, p. 177)

Ao analisarmos o documento do Convênio de Taubaté podemos acentuar alguns pontos para a valorização do café, que estava em crise numa visão ampla nacional, sendo a cidade de Taubaté a maior produtora no período. Definia-se o preço mínimo do café a ser atingido, versava sobre restrições aos cafés baixos, sobre a propaganda, definia um processo nacional de classificação do produto, entre outros pontos.

Artigo 1º Durante o prazo que for conveniente, os estados contratantes obrigam-se a manter, nos mercados nacionais, o preço mínimo de 55 a 65 fls, em ouro, em moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano, no primeiro ano; este preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de 70 frs., conforme as conveniências do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação, a americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos. (Trecho do convênio de Taubaté)<sup>4</sup>

Segundo NETTO (1959) o café é um produto e tem que ser tratado como tal, confundir o problema cafeeiro com o problema cambial procurando baixar a taxa cambial e fixá-la em determinado nível simplesmente para favorecer os cafeicultores era estimular uma transferência de rendimentos dos consumidores de produtos

<sup>4</sup> Artigo 1º do Convênio de Taubaté, fornecido pelo Consórcio do Vale Histórico, através da parceria com o IPHR.

importados para os produtores de café. O Convênio trata de duas questões importantes: a valorização do café e a estabilização da taxa cambial.

HOLLOWAY (1978) nos diz que se podem enfatizar algumas questões importantes do Convênio de Taubaté. Primeiramente o acordo tornou público o detalhe da valorização, segundo, constituiu um apelo oficial dos estados para uma participação do governo federal no programa e, por fim, pedia ao governo federal que tomasse uma atitude para estabilizar a taxa cambial dois mil réis;

O “Convênio de Taubaté” parou o Brasil e a imprensa mundial só falava nele. Era o mês de fevereiro de 1906. A sua celebração aconteceu em um domingo, dia 25, e três presidentes dos mais importantes Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente Jorge Tibiriça, Francisco Sales e Nilo Peçanha vieram a Taubaté, sendo recebidos pelo coronel José Benedito Marcondes Mattos, deputado e político taubateano dos mais eminentes (PASSARELLI, 2005 p. 183)

As Cláusulas fundamentais do Convênio de Taubaté e a forma de sua aplicação são bastante conhecidas. O governo compraria o excedente de produção de café a fim de criar um estoque que pudesse ser vendido quando houvesse uma safra reduzida. Essa compra seria realizada com recursos de empréstimos externos. Foi estabelecida uma taxa sobre a saca de café exportada a fim de pagar os juros e comissões de empréstimos externos e custos de armazenagem de café. Por fim temos a proibição das plantações de novos cafezais, evitando o aumento da superprodução.

Ao longo do tempo a manutenção de preços elevados num mercado já sujeito a crises de superprodução tenderia provocar uma crise de grandes proporções. Seria dificultoso efetivar a proibição de novas plantações quando a renda do café se mantinha elevada. Por outro ponto novos países produtores surgiram devido ao estímulo dos preços do café.

Tendo uma análise do convênio, observamos a inconsistência lógica da valorização do café quando pensada como política de longo prazo. Porém não se podia evitar que essa política fosse adotada, devido a pressão do setor cafeeiro.

### 3.5 – Ferrovia na Expansão do Café no Vale Histórico e Taubaté

O café vale-paraibano percorria enormes distâncias até chegar ao porto. Viajava nos

ombros dos escravos, nos carros de boi e no lombo de mulas. Exposto ao Sol e à chuva durante muitos dias, o café se perdia, e às vezes antes mesmo de chegar ao seu destino.

Conforme os cafezais se distanciaram do litoral, em direção ao Vale do Paraíba e Oeste paulista, foi aumentando a necessidade de ferrovias. A primeira estrada de ferro brasileira foi construída no Rio de Janeiro em 1854, tinha 15 km e se estendia da baía de Guanabara a Serra de Petrópolis. Em São Paulo, o café viajou de trem pela primeira vez quando foi inaugurada a Santos/Jundiaí em 1867.

De acordo que os trilhos eram postos mais arrobas de café eram plantadas, pois, o trem diminua o custo final do produto, viabilizando desta forma uma maior possibilidade de comércio internacional. Não somente agente de transporte, mas com os trilhos e as estações ferroviárias vieram os benefícios tais como a iluminação nas praças, os maquinários para a fabricação e publicação de Jornais.

Os cafeicultores paulistas do interior paulista viajavam sempre para a capital, para discutir o preço do café, fazer aplicações e comprar mercadorias estrangeiras. Entre um negócio e outro liam jornais paulistanos, discutiam política e admiravam um dos frutos mais recentes do progresso do progresso: o bonde puxado por burros. (FAUSTO, 2003. p. 183)

Em pouco tempo surgiram outras estradas de ferro surgiram no estado de São Paulo como a Paulistana, Ituana, Mogiana, Companhia Rio Claro. A Via Férrea tornou mais barato os custos da produção de café, os lucros aumentaram e deram origem a novos negócios. O trem foi ao interior buscar o café e levar o progresso.

### Conclusão

A partir dos resultados obtidos por esta pesquisa e a teoria do Prof. Júlio da Associação Educacionais Dom Bosco (AEDB) em Resende (RJ), podemos levantar a discussão a partir de alguns pontos.

De acordo com ele, não se teve a queda da economia cafeeira no Vale Histórico a partir de 1870, mas sim houve uma substituição de produção, tendo como foco a economia pecuarista. Porém muitos teóricos e literatos classificam a região como “Cidades Mortas e Atrasadas”, com é o caso de Monteiro Lobato, levando-nos a olhar, com certo preconceito de atraso ou mesmo de ausência de desenvolvimento.

Tendo como pressuposto a região do Vale Histórico ter sido a grande produtora de café e após seu auge, Taubaté ter alcançado o primeiro lugar na mesma forma de produção anos após, podemos constatar: as transformações de parâmetros econômicos, já sendo implantado um maquinário na economia cafeeira, como por exemplo, os armazéns e as máquinas de café, as localizações de melhor acesso são aquelas que iriam ganhar com industrialização chegando lentamente as suas portas.

Por fim, como autores e pioneiros em certas temáticas na região analisada deixaram nesta pesquisa uma contribuição, que poderá em trabalhos futuros ser analisada com mais afinco, levando em consideração a experiência quanto gestores culturais perante o SEBRAE e Consórcio do Vale Histórico, contribuindo para o conhecimento das raízes que estão gerando atualmente o desenvolvimento do turismo local. O Programa de Interatividade com a População foi uma criação dos autores: Marcos Aurélio Moreira, Ambientalista, Prof. Cristiano Luiz da Silva, Historiador e Prof<sup>a</sup> Ludmila Pena Fuzzi, Historiadora, no intuito de sensibilizar a população, estudantes e empreendedores sobre a importância da cultura regional e com isto preparando bases para o turismo sustentável.

### Referências

**CHILDE**, V. Gordon. *Introdução a Arqueologia*. São Paulo, Contexto, 1971.

**FAUSTO**, Bóris. *História do Brasil*. Edusp. São Paulo, 2003.

**FRANCO**, M.S. de C. *Homens livres na ordem Escravocrata*. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

**FURTADO**, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 19ª Edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1984.

**GRAMISCI**, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1982.

**HEILBRONER**, R. L. *A formação da sociedade econômica*. Zahar, 1964.

**HILAIRE**, Saint. *Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo. Melhoramentos, 1954.

**HOLANDA**, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 6ª Edição. Coleção Documentos Brasileiros. Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro: 1971.

**HOLLOWAY**, Thomas. H. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**KOWARICK**, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34. 2000

**LOBATO**, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo. Brasiliense, 1951.

**MILLIET**, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. BIPA-Editora, São Paulo. 1946

**MÜLLER**, Nice Lecocq. *O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba do Sul* -. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.

**PASSARELO**, Umberto. *Contribuição a História de Taubaté*. Taubaté: Jac Gráfica. 1996.

**SOBRINHO**, Alves Motta. *A Civilização do Café*. Editora Brasiliense, Rio de Janeiro, 1971.

**TOLEDO**, Sodero. *Vale do Paraíba: Pessoas, Instituições e Movimentos*; 1ª Edição, Campinas, Editora Alínea, 2008.